



DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA PÓS-2008 E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Alexis Saludjian¹

Resumo

As consequências da crise financeira global de 2008 continuam a mostrar os limites da onipotência da globalização financeira capitalista. Para tentar analisar a dinâmica da acumulação capitalista em 2024, os seus conflitos e as suas tensões sociais, ambientais e políticas, é preciso ir além dos paradigmas e das receitas propostas há décadas pelas teorias dominantes. Essa não é uma tarefa fácil em uma era de notícias falsas, mídia concentrada influenciada por poderosos interesses econômicos e ideológicos neoliberais ou ultraliberais e redes sociais onipresentes. A coerência da acumulação capitalista é agora, em muitos casos, mantida unida apenas pela violência e pela desigualdade. Este artigo discute a integração da América Latina e, mais especificamente, de seu Cone Sul (Mercosul), na economia mundial capitalista. Assim, a primeira parte apresenta um histórico da dependência latino-americana, privilegiando uma abordagem histórica e teórico-crítica, enquanto a segunda parte enfoca a dinâmica da integração latino-americana e do Cone Sul-Americano.

Palavras-chave: Dinâmica capitalista; integração regional; América Latina; teoria marxista da dependência; crise de 2008; cadeias globais de pobreza; Mercosul.

DYNAMICS OF CAPITALIST ACCUMULATION IN THE AFTERMATH OF THE 2008 CRISIS AND LATIN AMERICAN INTEGRATION

Abstract

The consequences of the 2008 Global Financial Crisis continue to show the limits of the omnipotence of capitalist financial globalization. To try to analyze the dynamics of capitalist accumulation in 2024, its conflicts, its social, environmental and political tensions, we need to go beyond the paradigms and recipes proposed decades ago by the dominant theories. This is no easy task in an era of fake news, concentrated media influenced by powerful neoliberal or ultraliberal economic and ideological interests, and ubiquitous social networks. The coherence of capitalist accumulation is now, in many cases, held together only by violence and inequality. This article discusses the integration of Latin America, and more specifically its Southern Cone (Mercosur), into the capitalist world economy. The first part presents a history of Latin American dependency, focusing on a historical and critical theoretical approach. The second part focuses on the dynamics of Latin American and Southern Cone integration.

Keywords: Capitalist Dynamics; regional integration; Latin America; Marxist Dependency Theory; 2008 Crisis; Global Poverty Chains; Mercosur.

Artigo recebido em: 30/03/2024 Aprovado em: 06/05/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.8>

¹ Professor Associado do Instituto de Economia da UFRJ e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do mesmo Instituto. Email de contato: saludjian@ie.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6115-1417>

1 INTRODUÇÃO

As consequências da crise financeira global de 2008 continuam a mostrar os limites da onipotência da globalização financeira capitalista, mas também a sua capacidade de se renovar, aumentando a pressão sobre os trabalhadores e o meio ambiente. Para tentar analisar a dinâmica da acumulação capitalista em 2024, suas guerras e seus conflitos, suas tensões sociais, ambientais e políticas, é preciso ir além dos paradigmas e receitas propostos há décadas pelas teorias dominantes e seus retransmissores acadêmicos e ideológicos. Essa não é uma tarefa fácil em uma era de notícias falsas, mídia concentrada influenciada por poderosos interesses econômicos e ideológicos neoliberais ou ultraliberais e redes sociais onipresentes. A teoria econômica dominante que defendia a globalização feliz tem que se contorcer para defender o liberalismo econômico e para justificar medidas protecionistas. A coerência da acumulação capitalista é agora, em muitos casos, mantida unida apenas pela violência e pela desigualdade.

Este artigo discute a integração da América Latina e, mais especificamente, de seu Cone Sul (Mercosul), na economia mundial capitalista. Assim, a primeira parte deste trabalho apresenta um histórico da dependência latino-americana, privilegiando uma abordagem histórica e teórico-crítica, enquanto a segunda enfoca a dinâmica da integração latino-americana e do Cone Sul-Americano.

2 INTEGRAÇÃO À ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA E DEPENDÊNCIA

A discussão sobre dependência remonta ao período pré-capitalista e à dominação do que viria a ser conhecido como América Latina pelas potências de língua espanhola e portuguesa, bem como pela Grã-Bretanha, França e Holanda. A partir da Revolução Industrial, e mais ainda a partir da segunda Revolução Industrial (década de 1850: trens, portos, navios a vapor, eletricidade, telégrafo), as exportações da América Latina (a grande maioria das quais eram nações independentes desde o primeiro quartel do século XIX) permaneceram associadas à agricultura (café, carne, trigo) e à mineração e, em muitos países, como o Brasil, dependiam fortemente do trabalho escravo (PAIXÃO, 2013). Como contraponto a essas exportações de produtos primários, as importações de bens manufaturados (especialmente bens de luxo para a elite) levaram à deterioração do balanço de pagamentos e a uma estrutura industrial limitada e desarticulada (FANJZYLBBER, 1983), com os países do centro tornando-se dependentes dos ciclos. A crise de 1929 teve consequências para as economias, os mercados de trabalho e as instituições da região, que durante décadas foram moldados para o benefício de empresas estrangeiras e seus representantes nas elites nacionais.

DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA PÓS-2008 E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A crise de 1929 levou intelectuais e setores nacionais a discutirem uma estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), por meio da criação (ou pelo menos da tentativa) de um aparato industrial ainda dominado pela dinâmica dos países centrais.

Essas discussões foram dominadas pelos economistas da CEPAL, criada em 1948 como um órgão das Nações Unidas, como R. Prebisch e depois C. Furtado. Furtado (1966), que colocou a deterioração dos termos de troca no centro de seus argumentos a favor da estratégia ISI (com ênfase nos preços relativos). Em plena Guerra Fria, em um momento em que movimentos revolucionários se desenvolviam na América Latina (Cuba em particular) e em todo o mundo (Vietnã, vários países africanos), essa estratégia de regulação do capitalismo deu ao Estado um papel central, mas não exclusivo, na determinação de políticas de desenvolvimento baseadas na industrialização, em políticas sociais assimétricas e na consolidação das regulamentações do mercado de trabalho (CLT de Vargas no Brasil em 1943, lei trabalhista de Perón na Argentina em 1949¹ etc.).

Sem entrar em detalhes sobre as dificuldades enfrentadas pelos vários Estados nacionais (BIELSCHOLWSKY, 1998), essa estratégia da ISI tem sido criticada desde que foi formulada (PREBISCH, 1949) por autores que mobilizam a crítica da economia política e promovem políticas de ruptura radical com o capitalismo². A discussão da dependência baseia-se no marco de referência marxista desigual, entendido como a transferência de valor (e não de preço, como no caso da CEPAL) no comércio entre as economias latino-americanas e os países centrais. Essa discussão leva em conta vários elementos, como a deterioração dos termos de troca (conforme discutido pela CEPAL), o serviço da dívida (pagamentos/transferências de juros sobre a dívida), os pagamentos/transferências de lucros, royalties e dividendos para as matrizes das empresas transnacionais e a apropriação de rendas de monopólio diferenciadas e absolutas sobre os recursos naturais.

A Teoria Marxista da Dependência discutida por R. M. Marini destaca a desconexão entre os ciclos de produção nos países latino-americanos e o de circulação nos países centrais. Essa questão da realização do valor é um tema essencial na discussão marxista, mas não é levada em conta na discussão da teoria econômica ortodoxa (Lei de Say) e apenas por meio de uma discussão — reconhecidamente importante — da demanda efetiva entre os keynesianos³. R. M. Marini introduz uma categoria em um nível mais baixo de abstração (forma específica e histórica) para o caso do capitalismo dependente na América Latina⁴. A superexploração da força de trabalho baseada não apenas na mais-valia relativa, mas também na absoluta — diferenciando entre suas versões arcaica e moderna — possibilita a transferência dos lucros enviados pelas empresas multinacionais na América Latina para suas matrizes nos países centrais. O objetivo é destacar o desenvolvimento desigual e combinado no contexto do desenvolvimento da América Latina. O capital nos países dependentes

explora a força de trabalho nos países latino-americanos de forma mais intensa, pagando-a abaixo do nível de subsistência⁵. Essa superexploração da força de trabalho assume várias formas, como pagar pela força de trabalho abaixo de seu valor, estender a jornada de trabalho além dos limites normais, aumentar a intensidade do trabalho além dos limites normais e aumentar a lacuna entre o pagamento pela força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho (LUCE, 2018, p. 178). No final das décadas de 1960 e 1970, a Teoria Marxista da Dependência estava engajada em um diálogo crítico na América Latina, tanto com as teorias de industrialização por substituição de importações da CEPAL quanto com as teorias dominantes do desenvolvimento de países subdesenvolvidos por meio da Revolução Verde.

A crise das décadas de 1970 e 1980 (o fim de Bretton Woods, a crise do petróleo, o aumento das taxas de juros e a crise da dívida) pôs fim ao consenso do desenvolvimento keynesiano organizado pelo Estado. As transformações do capitalismo ligadas ao fim de um ciclo de expansão pós-Segunda Guerra Mundial (reconstrução e Guerra Fria) deixaram um aparato industrial com buracos (FANJZYLBBER, 1983) e muito vulnerável financeiramente. Na América Latina, como em muitas economias em desenvolvimento (ou economias capitalistas dependentes), a crise da dívida e o esgotamento da estratégia da ISI deram lugar a experimentos neoliberais violentos e antidemocráticos (Chile em 1973, Argentina em 1976). As políticas de ajuste estrutural para garantir o pagamento da dívida (os Planos Baker e Brady) na década de 1980 e as imposições do FMI e do Banco Mundial dominadas pela ideologia neoliberal do livre mercado aceleraram a privatização das empresas públicas criadas durante a ISI e lançaram as bases para a flexibilização das instituições que estruturam os mercados de trabalho nos diversos países latino-americanos (Collor de Mello e FHC no Brasil, Menem na Argentina, Salinas no México). A crise asiática em 1997, a crise russa em 1998, a crise brasileira em 1999 e a crise argentina em 2001 foram todas sinais de que a dinâmica capitalista estava perdendo força, anunciando a crise de 2008.

Uma nova fase dessa dinâmica também gerencia uma nova fase da expansão capitalista e da dependência (FARIAS, 2016), (PAINCEIRA e SALUDJIAN, 2021). A nova configuração da economia capitalista global após a crise de 2008 reúne uma série de elementos que têm impacto direto sobre a dependência das economias da América Latina e do Brasil mas também sobre o(s) processo(s) de integração econômica latino-americana. Em primeiro lugar, a dinâmica do comércio internacional, que já foi a força motriz do crescimento, e o multilateralismo parecem estar sendo questionados. Às vezes falamos em desglobalização⁶, mas será que deveríamos estar falando de uma reconfiguração da globalização capitalista? O volume de exportações de mercadorias sofreu a maior contração (-12%) em 2009. No período de 1952 a 2016, a menor taxa de crescimento anual no volume de exportações de

DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA PÓS-2008 E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

todos os tempos (2,9% em média) ocorreu entre 2012 e 2016. Desde 2016, apesar da modesta recuperação em 2017, a tendência de queda no comércio internacional em 2018 e 2019 apoiou as alegações de desglobalização (CEPAL 2019: 23, OCDE 2020:21 e SALAMA, 2016). O crescimento do comércio internacional, em 2019, foi negativo (0,1%, OMC 2020). Mesmo antes da pandemia de covid-19, a deterioração de dinâmica do comércio internacional foi substancial, uma vez que a previsão de crescimento, em abril 2020, era positiva (2,6%) e caiu para 1,2% em outubro do mesmo ano. Além disso, o relatório de previsões da OMC para 2020 indicou que a dinâmica da economia mundial seria mais lenta do que o previsto até o final de 2019 (2,7% de crescimento do comércio mundial em vez dos 3% previstos anteriormente). Mesmo antes da pandemia, as economias já estavam próximas da recessão; o comércio global teve uma grande queda entre 13% e 32% devido à ela (OMC 2020).

Em segundo lugar, a economia da China é fundamental para a reorganização industrial e comercial por meio das Cadeias Globais de Pobreza (consulte o Quadro) e a corrida para o fundo do poço em termos de salários e remunerações globais (SELWYN, 2019)⁷.

Quadro 1 - Cadeias Globais de Valor e Cadeias Globais de Pobreza

A inserção de um país no comércio internacional, ou sua abertura comercial, é tradicionalmente defendida na economia *mainstream* e nos discursos das principais organizações multilaterais como uma das principais medidas de estímulo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, a internacionalização e entrada nas Cadeias Globais de Valor (CGV), que vem ganhando espaço nos debates desde os anos 1990, forneceria ganhos aos trabalhadores e ao meio ambiente, com aprimoramento tecnológico (*upgrading*). No entanto, essa visão contrasta fortemente com as realidades de ampliação das desigualdades, aumento da pobreza no trabalho e profunda degradação ambiental que ocorreram em paralelo com a integração do Sul Global nas CGV. Essa discussão não é nenhuma novidade no campo das teorias econômicas. David Ricardo já discutia o conceito de vantagens comparativas no século XIX. Segundo Ricardo, caso os países focassem na produção bens de maior expertise comparativa, haveria um ganho global para as economias dos países envolvidos no intercâmbio. Essa noção é a raiz dos ganhos mútuos que sustentam a ampliação do livre-comércio na perspectiva clássica, mas se reflete hoje no discurso das CGV sob a o marco analítico neoclássico dominante na análise do comércio internacional. O objetivo do artigo é mostrar que existe uma massa crítica e debates sobre as CGV e que esses desafios à visão dominante das CGV são relevantes para a discussão da sua relevância na América Latina e no Brasil. Desde o final da década de 2010, a inserção internacional nas CGV foi indicada como estratégia de política pública que representaria uma forte oportunidade de desenvolvimento por diversas instituições multilaterais. Não obstante, o debate das CGV ignorou durante muito tempo fatores de forte implicação para as economias em desenvolvimento como distribuição de riqueza, desigualdade de gênero, danos ambientais. Como resultado, mesmo frente à ampliação das desigualdades entre e intranações, boa parte da análise ortodoxa insiste em não questionar os impactos da inserção comercial nas CGV. Em termos gerais, a dificuldade das CGV vem do foco no “valor adicionado” em cada ponto da cadeia, sendo valor adicionado venda menos custos que não o salário. Assim, as CGV não conseguem observar quanto do valor agregado se distribui para os capitalistas e quanto para os trabalhadores, gerando distorções, as quais serão aprofundadas neste trabalho. Contemporaneamente, a teoria econômica *mainstream* que embasa a discussão da CGV apresenta uma visão segmentada e fragmentada da questão levantada pelas CGV. É por um lado abordada como objeto de estudo da economia internacional pelos modelos de comércio internacional de bens com HOS (Heckscher-Ohlin-Samuelson) em uma função de produção com fatores substituíveis pelo abandono da teoria do valor trabalho, na economia do trabalho (como política social desconexa da dinâmica econômica) ou na economia ambiental. Existem muitas tentativas de articular esses campos, hoje separados da teoria econômica, mas tais tentativas dependem muitas vezes de metodologias, dados e conceitos que dificilmente se integram coerentemente. Dessa forma, dado que esse é um fenômeno de muitas implicações distintas para a vida em sociedade, é necessária uma abordagem crítica e interdisciplinar para analisar os impactos das CGV no desenvolvimento. Particularmente, a inserção comercial do Brasil nas Cadeias Globais de Valor é um bom estudo de caso que ilustra a problemática interação entre comércio internacional e desenvolvimento. Pela sua base exportadora, a economia brasileira é mais vulnerável ao aumento do desmatamento que atua de forma concomitante à expansão da nossa agroindústria. Uma abertura comercial livre de regulação como clama e defende a teoria ortodoxa pode continuar a

dinâmica de pobreza, sendo renomeadas Cadeias Globais de Pobreza (CGP) por Selwyn (2019). De forma similar, essa inserção pode ter reflexos sobre a evolução das desigualdades nacionais, uma vez que impõe limites a mecanismos redistributivos como o salário-mínimo. Selwyn (2019) desenvolveu uma análise crítica das CGVs, destacando que a integração dos países em desenvolvimento estimula o capitalismo global. Novas formas de pobreza estão ligadas à integração às CGVs, caracterizadas pela superexploração da força de trabalho nos países em desenvolvimento, embora o nível de produtividade tenha sido periodicamente maior do que nos países desenvolvidos. São apresentados estudos de caso que nos permitem reconsiderar algumas das premissas das CGVs e seus resultados na promoção de uma maior integração à economia global. O autor define a relação entre as CGVs e os países em desenvolvimento como Cadeias Globais de Pobreza (CGP), desenvolvendo uma teoria alternativa de valor e novas estratégias de desenvolvimento socioeconômico, mais inclusivas e igualitárias. O argumento da teoria ortodoxa sobre as CGVs justifica os salários mais baixos dos trabalhadores nos países em desenvolvimento por causa de sua baixa produtividade, seguindo a teoria da utilidade marginal que determina o nível de salário de acordo com a produtividade marginal. Selwyn mostra que as CGVs se baseiam na teoria neoclássica do valor, concentrando-se no valor agregado para explicar a economia global (SELWYN, 2019). Esse autor recorre à teoria do valor do trabalho de Marx para superar o conceito de valor agregado e compreender a dinâmica do capitalismo globalizado, pois ela oferece uma abordagem alternativa para analisar a relação entre as empresas e as dimensões da exploração do trabalhador no capitalismo global. O retorno à teoria do valor de Marx está relacionado principalmente às características da intensificação da exploração. No caso dos países em desenvolvimento, Marini, no início da década de 1970, foi o pioneiro do conceito de superexploração da força de trabalho, no contexto da teoria da dependência marxista. Ele argumentou que "a estrutura produtiva do subcontinente é baseada em maior exploração dos trabalhadores [do que nos países centrais] e 'o progresso técnico tornou possível a intensificação capitalista do ritmo de trabalho do trabalhador, aumentando sua produtividade e, simultaneamente, sustentando a tendência de remunerá-lo a uma taxa menor do que seu valor real" (MARINI, 1973: 71-72).

Fonte: Elaboração do autor

Em terceiro lugar, as empresas multinacionais ou transnacionais devem ser colocadas no centro da análise. Elas se beneficiam das Cadeias Globais de Desigualdade e centralizam cada vez mais os lucros nas mãos de agentes e grupos de agentes das elites capitalistas (QUENTIN; CAMPLING, 2017). Os autores desse artigo articulam as discussões críticas das Cadeias Globais de Valor com as das Cadeias Globais de Riqueza. Eles propõem caracterizar a resultante dessas duas dimensões (CGP e CGD) pela apropriação de riqueza pelas Multinacionais que se beneficiam das CGVs, a elisão fiscal e otimização/arbitragem tributária e uma distribuição desigual do mais-valor criado pelo trabalho (incluindo o trabalho reprodutivo e doméstico não pago) capturado pelo capital e pela distribuição desigual dos ganhos de capital obtidos às expensas do Estado (trabalhadores do setor público).

Em quarto lugar, considerando os dois pontos anteriores, o aumento das desigualdades (renda, patrimônio, gênero e raça) está no centro dessa nova fase, conforme observado nos relatórios da ONG OXFAM⁸.

Em quinto lugar, o aumento e o fortalecimento da capacidade das finanças e de seus representantes de dominar não apenas o financiamento mas também os ciclos, estoques e fluxos de riqueza, muitas vezes associados à "financeirização" da economia, como se os ciclos reais e monetários pudessem ser separados (PAINCEIRA, 2021).

Em sexto e último lugar, a crise de 2008 destacou a crise ligada ao aquecimento global, especialmente por meio do renascimento e da ampliação do extrativismo dos recursos naturais no

período anterior (e que continua) e suas consequências sobre a dependência (SVAMPA, 2019) e (BARRETO, 2021).

Desde a crise financeira global e até a crise da covid-19, as economias da AL foram duramente atingidas pelo fim do ciclo das *commodities* (2014), com a queda das matérias-primas e a desaceleração da demanda global, especialmente na China, o que levou a uma desaceleração econômica duradoura com consequências econômicas, políticas e sociais significativas. A participação do setor industrial da AL nas economias regionais diminuiu, reforçando o neoextrativismo, a industrialização precoce e/ou incompleta, no contexto de heterogeneidade e dependência estrutural e social.

Com base no exposto, pode-se observar uma oposição entre as estratégias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento em termos de integração internacional. O relatório da UNCTAD de 2020 ilustra essa tendência, afirmando que há um aumento nas políticas de investimento restritivas/regulatórias em nível global desde 2015, embora as medidas de liberalização representem três quartos do total. Ao distinguir essas políticas restritivas ou liberalizantes por tipo de país de origem, nos países desenvolvidos, do total de medidas de investimento promovidas, 10 são restritivas, uma neutra e 4 liberalizantes. Por outro lado, os países da AL (e do Caribe) estão promovendo 10 medidas liberalizantes, duas neutras e duas restritivas, de um total de 14 em 2019. Isso é o oposto do contexto de Bretton Woods, no qual os países avançados apoiavam a liberalização e a abertura comercial, enquanto alguns países em desenvolvimento, como os países da AL, incluindo o Brasil, promoviam uma estratégia de integração internacional por meio da ISI.

Foi nesse cenário de profundas mudanças na dinâmica capitalista que ocorreu o processo de integração da América Latina. Na segunda parte deste artigo, apresentamos os fatores determinantes da integração do Cone Sul-Americano na forma de uma avaliação de trinta anos desse processo.

3 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E NO MERCOSUL

Para entender a dinâmica do processo regional, é necessário voltar à história econômica do bloco, que já estava em grave crise antes da pandemia⁹. Quatro fases podem ser destacadas. Antes de 1991, a integração passou por um período em que o comércio intrarregional (indicador da dinâmica da integração comercial na lógica do capital) girava em torno de 5%. As discussões sobre um Mercado Comum giravam em torno das propostas de integração produtiva da CEPAL em 1960, da constituição do projeto liberal ALADI em 1980 e dos acordos no Brasil e na

Argentina em 1986 (PICE). Nenhum desses projetos foi tão duradouro e profundo quanto o Mercosul, que foi criado em 1991.

A segunda fase corresponde à década de 1990, com o Consenso de Washington, o liberalismo de C. Menem e F. Collor/F. Henrique Cardoso, e a criação do Mercosul. F. Henrique Cardoso governou durante as crises na Argentina, no Brasil e nos outros países do Mercosul (Uruguai e Paraguai) no início dos anos 2000. Durante esse período, o modelo de regionalismo aberto (nova CEPAL e novas teorias de comércio internacional) foi, em grande parte, a base para a integração regional (aberta) como um estágio para a liberalização. O nível de comércio intra-Mercosul atingiu 25% (em 1997), mas a crise asiática naquele ano e a vulnerabilidade das economias do Cone Sul afetaram duramente as economias e o processo de integração.

De 2003 a 2014/2015, durante o período da chamada onda progressista no Cone Sul, o Mercosul seguiu o mesmo modelo econômico de integração aberta, apesar de ter a UNASUL como espaço para um discurso político mais favorável à integração Sul-Sul e maior independência diplomática com as economias do Centro. No entanto, as relações econômicas da região com a China começaram a ser questionadas, e passou-se a discutir se a substituição da dependência dos países do Centro pela dependência da China era favorável ao Cone Sul.

Finalmente, desde 2015, as crises nas economias da região desarticularam os esforços de integração e retornaram a um modelo de integração sob a mesma estrutura teórica/ideológica da década de 1990 (KAN, 2017). Em vez da UNASUL, a iniciativa do presidente liberal do Chile da época (Pro-sul) voltou a propor a liberalização do comércio como o principal instrumento para o desenvolvimento. As consequências da crise de 2008, as políticas protecionistas dos países do Centro e as dificuldades de inserção na economia mundial (falta de P&D, isolamento das cadeias globais de valor) deixaram a integração do Cone Sul sem rumo. Em 2019, as importações intra-Mercosul representaram 12,8% das importações totais e 10,8% das exportações intrabloco em relação ao total. Quase metade (44%) das exportações do Mercosul eram *commodities* (INTAL-BID, 2020). Um dos problemas do Mercosul é sua incapacidade de reafirmar um projeto de desenvolvimento inclusivo e de mitigar o impacto das crises. Outra questão relevante para a integração é o papel das corporações transnacionais (do Centro desde sempre e da China desde os anos 2000) com estratégias definidas para garantir a otimização de seus lucros em nível global, aproveitando a reestruturação da economia mundial após a crise de 2008, o aumento do papel da economia chinesa, o peso das finanças e o aumento do protecionismo dos países centrais (PAINCEIRA; SALUDJIAN, 2021).

Em vez de ser uma proteção, o Mercosul liberal acaba sendo um vetor de instabilidade e redução dos direitos dos trabalhadores com reformas do mercado de trabalho e das aposentadorias,

supostamente para garantir maior "competitividade" internacional. O futuro do Mercosul é incerto. Há uma falta de visão para o futuro. O recente acordo entre a UE e o Mercosul, em preparação desde meados da década de 1990, não tem mais muita chance de ser ratificado pelos parlamentos dos estados-membros da UE, em especial pela França, após os movimentos de protesto dos agricultores em fevereiro de 2024. Além de anacrônico (começou a ser discutido em 1995, há 25 anos, em um contexto da dinâmica de acumulação capitalista muito diferente do atual, como vimos na primeira parte deste artigo), ele reduz as possibilidades de políticas econômicas dos países do Cone Sul, choca-se com a atual dinâmica de reconfiguração da economia mundial e não leva em séria consideração a preservação do meio ambiente. Há oportunidades, com as lutas sociais, de realocar a produção na região (UNCTAD, 2020) para garantir a demanda social, respeitando os direitos dos trabalhadores, a luta contra a discriminação e o meio ambiente.

4 CONCLUSÃO

A dependência não é um estado estático da economia e da sociedade em questão, e muito menos um estado isolado da dinâmica global. É um tipo de integração na economia global dinâmica e desigual. As condições dessa inserção, sua evolução mas também a condição da economia mundial são levadas em conta, assim como sua evolução.

A discussão sobre a Dependência leva em conta a produção, a divisão internacional do trabalho, a configuração do mercado de trabalho (ou, mais precisamente, dos mercados de trabalho), a evolução das condições de saúde, educação e treinamento/qualificação da força de trabalho ou, mais precisamente, das forças de trabalho em seus quadros nacionais ou regionais e em suas especificidades: no caso do Brasil, a existência de uma fragmentação significativa e histórica da força de trabalho, a abolição tardia da escravidão e as consequências sobre as desigualdades raciais.

As respostas baseadas em lucros para o capital não parecem ser suficientes. Depois de tantas dúvidas e críticas, pode parecer que a melhor opção é acabar com a integração regional, pois ela não permite uma alternativa inclusiva para os povos do Cone Sul (e da América Latina como um todo). Pelo contrário, continuamos apostando na integração como uma alternativa aos desafios do capitalismo contemporâneo e, mais ainda, no caso do capitalismo dependente na América Latina: com direitos sociais, educação, saúde, arte e cultura gratuitos e de qualidade para todos, mais igualdade de gênero e sem discriminação, com pesquisa científica — em benefício da vida, e não dos lucros de empresas privadas — e com proteção ao meio ambiente.

REFERENCIAS

- BARRETO, E. S. **Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas**: pelo abandono do voluntarismo geológico. *Economia e Sociedade*, v. 30, p. 211-234, 2021.
- BIELSCHOWSKY, R. Prefacio. *In: Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*, Cepal-Record, 2000.
- CARCANHOLO, M. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis**. Una interpretación desde Marx, Ed. Maia, 2017.
- CEPAL, Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL, **Textos seleccionados**. FCE-CEPAL, Santiago do Chile, 1998.
- CEPAL **Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean**, (LC/PUB.2019/25-P), Santiago, 2019.
- FAJNZYLBER F. **La industrialización trunca de América Latina**. México: Ed.Nueva Imagen,1983.
- FARIAS, F.B. **O imperialismo global**: teorías e consensos. Cortez Editora, 2016.
- FURTADO, C. Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista. *In: PREBISCH, R.; TAVARES, M. da CONCEIÇÃO; C. FURTADO; A. PINTO; O. SUNKEL e alii. América Latina*: Ensayos de interpretación económica, Editorial Universitaria S.A., Chili, 1969.
- GARCÍA-HERRERO, Alicia; TAN, Junyu. **Deglobalisation in the context of United States-China decoupling**. Bruegel., 2022.
- GARCÍA-HERRERO, Alicia. **From globalization to deglobalization**: Zooming into trade. *Las claves de la globalización*, v. 4, 2019.
- INTAL – BID Informe Mercosur 2020, Sob a pressão da agenda externa, <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Informe-MERCOSUL-2020-Sob-a-pressao-da-agenda-externa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- JAMES, Harold. Deglobalization: The rise of disembodied unilateralism. **Annual Review of Financial Economics**, v. 10, p. 219-237, 2018.
- KAN, J. Una revisión del modelo de integración regional en América Latina durante los años noventa. Insumos para analizar el escenario actual. **Revista De La Red Intercatedras De Historia De América Latina Contemporánea**, (6), 60–80. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RIHALC/article/view/17027>. 2017. Acesso em: 25 fev. 2024.
- LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias-uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI R. M. **Dialética da Dependência**. Vozes, 2000.

OCDE Perspectives économiques de l'OCDE, Volume 2020 Numéro 1, Éditions OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/e26dfe32-fr>. 2020. Acesso em: 2 mar. 2024.

PAINCEIRA, J. P. *Financialisation in emerging economies: Changes in central banking*. Routledge, 2021.

PAINCEIRA, J.P.; SALUDJIAN, A. Latin American International Integration And Global Value Chains. What Changed After 2008 Global Financial Crisis. *In*: LEVY-ORLIK N., BUSTAMENTE-TORRES, J., L-P ROCHON (eds), **Capital Movements and Corporations Dominance in Latin America: Reduced Growth and Increased Instability**, Edward Elgar, Cheltenham, UK & Northampton, MA, 2021.

PAIXÃO, M. J. **500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil**. Editora Appris, 2013.

PEGORARO, Diletta et al. **De-globalisation, value chains and reshoring**. *Industry*, v. 4, p. 152-175, 2020.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**, Santiago de Chile, 1949.

QUENTIN D.; CAMPLING, L. Global inequality chains: integrating mechanisms of value distribution into analyses of global production. **Global Networks**, v.18, n.1, pp. 33–56, 2017.

RAZAFINDRAKOTO, M., ROUBAUD, F. ; SALUDJIAN, A. Crises, informalité et reconfigurations du marché du travail: quatre décennies de bouleversements économiques au Brésil. **Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs**, (33), 2022.

SALAMA, Pierre. **La tormenta en América Latina: ¿ hacia dónde van las economías de la región?**. Universidad de Guadalajara, Biblioteca Pública del Estado de Jalisco Juan José Arreola, 2016.

SALUDJIAN, A. Integração sul-americana: um balanço crítico. **Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 76-102, 2014.

SELWYN, B. Poverty chains and global capitalism. **Competition and Change**, v.23, n.1, p. 71–97, 2019.

SVAMPA, M. **Neo-extractivism in Latin America: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives**. Cambridge University Press, 2019.

UNCTAD. World investment report 2020, United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org/>. 2020. Acesso em: 10 Mar. 2024.

WTO Annual Report, https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/anrep20_e.pdf. 2020. Acesso em: 10 Mar. 2024.

Notas

¹ <https://www.argentina.gob.ar/trabajo/historia-del-ministerio-de-trabajo>.

² Nos baseamos na discussão de R. M. Marini aqui, mas essa faz parte de discussões com outros autores, como T. Dos Santos, V. Bambirra e O. Caputo. Os trabalhos contemporâneos de M. CARCANHOLO (2017) e M. LUCE (2018) contribuem para a renovação dessa discussão.

³ ver LUCE, 2017, p. 86; p. 114; p. 132.

⁴ Categoria e não conceito (CARCANHOLO, 2017, p. 106).

⁵ Essa questão mobilizou discursos críticos à TMD, mas elementos compatíveis com esse ponto já podem ser encontrados em Marx (Livro 3, Capítulo 15). Não se trata de uma nova teoria do valor, nem de uma substituição daquela que rege todas as relações sociais capitalistas, mas de uma expressão do caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (MANDEL, 1972).

⁶ Cepal (2016), García-Herrero (2019; 2022), James (2018) e Pegoraro (2020).

⁷ Sobre o caso do Brasil, ver Razafindrakoto, Roubaud & Saludjian (2022).

⁸ [https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2022-05/Oxfam Media Brief - EN - Profiting From Pain, Davos 2022 Part 2.pdf](https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2022-05/Oxfam%20Media%20Brief%20-%20EN%20-%20Profiting%20From%20Pain,%20Davos%202022%20Part%202.pdf)

⁹ (SALUDJIAN, 2014).